

Correio do Minho

17-12-2011

Periodicidade: Diário

Classe: Informação Geral

Âmbito: Regional

Tiragem: 10000

Temática: Economia

Dimensão: 430

Imagem: S/Cor

Página (s): 8

INVESTIGADORA DA UNIVERSIDADE DO MINHO ALERTA

“Não será em 2013 que Portugal vai crescer”

Linda Veiga sustenta que “difícilmente Portugal crescerá a partir de 2013”. A professora e investigadora da Universidade do Minho afirma ainda que face ao Orçamento de Estado para 2012 “o desemprego e as falências vão continuar a aumentar”.

Linda Veiga, da Escola de Economia e Gestão da Universidade do Minho, acredita que “não será ainda em 2013 que Portugal vai crescer” e, face ao Orçamento de Estado 2012 (OE), considera que “o desemprego e as falências vão continuar a aumentar”. A investigadora da área de Economia Política integra o Conselho Consultivo Científico do Budget Watch, uma iniciativa ISEG/Deloitte/ Expresso que analisa de forma aprofundada os OE nacionais.

A especialista espera para ver “se não haverá mais surpresas em 2012” a agravar a crise, depois de “várias surpresas” este ano, nomeadamente com o alargamento do perímetro orçamental, enquadrando três empresas públicas dos transportes e os custos da recapitalização do BPN, e depois os problemas da Região Autónoma da Madeira. Para a economista, o mais relevante no OE 2012 é este ser “o



Linda Veiga é professora e investigadora da Escola de Economia

maior exercício de consolidação orçamental desde 1977” e, mais do que isso, “é um exercício de consolidação orçamental num período de conjuntura económica recessiva”, embora “necessá-

rio, fruto da acumulação de dívidas desde o 25 de Abril, pois Portugal nunca teve um superavit orçamental”.

Linda Gonçalves Veiga aborda algumas alternativas debatidas,

rios países estão a ser confrontados com a necessidade de adotar medidas restritivas, nomeadamente a Itália e a França, diminuindo a nossa capacidade exportadora”.

Também por isso, Linda Veiga acredita que o caminho passa “por uma solução integrada, onde nós daremos a nossa contribuição através da consolidação orçamental, mas será necessário que o Banco Central Europeu passe a desempenhar um papel mais activo e se promova uma revisão dos tratados da União Europeia”.

A investigadora realça ainda o perigo de uma espiral recessiva em Portugal, avaliando outros exemplos europeus, pois “enquanto a Grécia vive um agravamento cada vez maior, não se vislumbrando condições para o país pagar a sua dívida, no caso da Irlanda parece haver esperança que entre numa fase de crescimento e recuperação”. Nesta óptica, os desejados investimentos de base, como a linha do TGV e o novo aeroporto, que poderiam estimular a economia, são “desaconselhados nesta situação extrema”.

Linda Gonçalves Veiga ressalva que “este tipo de investimentos deve ser deliberado sempre com uma avaliação custo-benefício e dos benefícios de longo prazo”, o que “provavelmente nem sempre aconteceu, houve alguma facilidade de acesso ao crédito internacional, houve também fundos da UE, o que levou a má gestão e a um endividamento excessivo tanto do Estado como dos privados”.

“como a desvalorização fiscal, cujos efeitos são discutíveis e que nunca foi testada, ou os cortes nos subsídios de Natal e férias dos pensionistas e funcionários públicos, pois haveria soluções mais equitativas que abrangessem todos os trabalhadores”. No entanto, numa análise fria dos números, refere que “este ano o objectivo no défice é 5,9%, no próximo ano o compromisso é de 4,5%, porém note-se que o Governo já adoptou medidas temporárias e artificiais, como transferências de fundos de pensões para a Segurança Social”. Por outro lado, garante, “haverá um agravamento dos juros, o que obriga a mais consolidação, para além da conjuntura económica desfavorável, que por si já traz diversas formas de agravamento do défice”.

Facilidades levaram ao endividamento excessivo

A docente da UMinho sublinha que há uma dependência da conjuntura internacional, pois “vá-